

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco A. J. Renner S.A. (Banco Renner ou Instituição), em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), bem como o respectivo Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

FOCO DE ATUAÇÃO

O Banco Renner é uma sociedade por ações de capital fechado com sede em Porto Alegre/RS e, está autorizado pelo BACEN a atuar sob a forma de banco múltiplo operando as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento.

A Instituição é controlada pela Renner Participações S.A., holding de capital fechado, cujo controle acionário pertence a membros da família Renner e a BA Empreendimentos e Participações Ltda., holding de participação do Grupo RECORD.

O foco de atuação são as operações de financiamento de veículos usados no RS, as quais representam atualmente cerca de 88% do negócio do Banco Renner, em parceria com lojistas/revendedores de veículos na origem das operações de CDC.

A Instituição também atua em operações de crédito de capital de giro, desconto de títulos, crédito consignado privado, entre outros, frutos da sociedade com o Grupo RECORD.

O Banco Renner mantém a política de utilizar como principal fonte de captação de recursos, os depósitos a prazo com emissão de Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Recibo de Depósito Bancário (RDB), bem como os recursos provenientes de aplicação de investidores institucionais em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE). Também é utilizado eventualmente, a título de solução reguladora do limite de liquidez, o mecanismo de cessão de créditos que compõem a sua carteira para outras instituições financeiras, com as quais mantém parceria para a disponibilização de linhas específicas a esta finalidade.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

A Administração considerou satisfatório o resultado atingido no exercício de 2018, o qual foi fortemente beneficiado pela redução da taxa básica de juros, a qual influenciou diretamente o custo de funding. Este cenário de juros, de acordo com as expectativas de mercado, dentre elas as divulgadas pelo BACEN através do Focus – Relatório de Mercado, deve permanecer estável para 2019. Adicionalmente, a retomada da atividade econômica foi evidente no ano de 2018 e, ainda que seu ritmo de restabelecimento tenha sido gradativo, permite projetar 2019 com grandes oportunidades para um desenvolvimento sustentado, norteador por oportunidades de investimento e pela retomada do consumo das famílias.

Principais destaques do ano:

- O lucro líquido apurado no exercício de 2018 foi de R\$ 25.652 mil (R\$ 24.006 mil em 2017), representando um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido (ROE) na ordem de 17,96%. Na comparação com o ano anterior, apresentou um aumento de 6,86%, equivalente a um crescimento de 0,91 pontos percentuais no ROE.
- A principal influência no aumento do lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao mesmo período do ano anterior, refere-se ao custo de captação, tendo em vista que a taxa média anualizada dos Certificados dos Depósitos Interbancários (CDI) para o exercício de 2018 foi de aproximadamente 6,40% (9,93% em 2017).
- As receitas da intermediação financeira apuradas no ano de 2018 foram de R\$ 274.440 mil (R\$ 274.387 mil em 2017) e a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$ 65.473 mil (R\$ 51.204 mil em 2017), apresentando um crescimento em relação ao ano anterior de 0,02% e 27,87%, respectivamente.
- As despesas da intermediação financeira apuradas no ano 2018 foram de R\$ 76.894 mil (R\$ 103.346 mil em 2017), apresentando uma redução de 25,60%.
- As despesas de pessoal somadas as outras despesas administrativas finalizaram o exercício de 2018 em R\$ 105.131 mil (R\$ 102.785 mil em 2017), apresentando um aumento de 2,28%.
- A carteira de operações de crédito finalizou o exercício de 2018 com um saldo de R\$ 1.011.985 mil (R\$ 956.329 mil em 2017),

apresentando um crescimento de 5,82%. O CDC – Veículos, principal produto do portfólio do Banco Renner, apresentou um crescimento de 11,73% em comparação ao ano anterior.

- A carteira de depósitos a prazo encerrou o exercício de 2018 com um saldo de R\$ 1.035.296 mil (R\$ 950.140 mil em 2017), apresentando um crescimento de 8,96% em comparação ao ano anterior. Este crescimento manteve a carteira de depósitos em patamar suficiente para financiar a carteira de operações de crédito e, ainda, permitiu encerrarmos o exercício de 2018 com o índice de liquidez em relação às captações com possibilidade de liquidação diária em 35,32% (33,92% em 2017). Outro ponto que merece destaque, é o limite para captação de DPGE no montante de R\$ 280.000 mil (R\$ 94.000 mil em 2017).
- Em relação ao Índice de Basileia, o Banco Renner encerrou o ano de 2018 com o índice de 12,50% (12,69% em 2017). Cabe destacar, que o capital da Instituição é formado 100% por capital de nível I.

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES	2018	2017	Variação
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
Receitas da intermediação financeira	274.440	274.387	0,02%
Despesas de captação no mercado	(76.894)	(103.346)	-25,60%
Margem Financeira Bruta	197.546	171.041	15,50%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(65.473)	(51.204)	27,87%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	132.073	119.837	10,21%
Receitas de tarifas bancárias	38.023	29.539	28,72%
Despesas de pessoal e administrativas	(105.131)	(102.785)	2,28%
Outras despesas – líquidas	(12.857)	(9.008)	42,73%
Resultado antes da Tributação e das Participações	52.108	37.583	38,65%
Imposto de renda e contribuição social	(22.863)	(10.432)	119,16%
Participações no lucro	(3.593)	(3.145)	14,24%
Lucro Líquido do Exercício	25.652	24.006	6,86%

BALANÇO PATRIMONIAL	2018	2017	Variação
Disponibilidades	364.378	235.285	54,87%
Operações de crédito	1.011.985	956.329	5,82%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(60.077)	(48.457)	23,98%
Outros créditos	71.046	61.505	15,51%
Permanente	16.691	9.845	69,54%
Total do Ativo	1.404.023	1.214.507	15,60%
Depósitos à vista	8.774	77.000	-88,61%
Depósitos a prazo	1.035.296	950.140	8,96%
Outras obrigações	208.782	52.806	295,38%
Patrimônio Líquido	151.171	134.561	12,34%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.404.023	1.214.507	15,60%

CARTEIRA DE CRÉDITO E DE DEPÓSITOS A PRAZO

Veículos	893.480	799.679	11,73%
Capital de giro	82.675	116.360	-28,95%
Consignado privado	23.636	21.935	7,75%
Crédito pessoal	6.328	1.094	478,43%
Títulos descontados	3.290	12.644	-73,98%
Antecipação de aluguéis	2.576	4.617	-44,21%
Total da Carteira de Crédito	1.011.985	956.329	5,82%
CDB Pré-fixado	655.839	393.491	66,67%
CDB Pós-fixado	375.725	300.193	25,16%
DPGE Pré-fixado	-	184.271	n/a
DPGE Pós-fixado	1.763	69.633	-97,47%
RDB Pré-fixado	1.427	2.043	-30,15%
RDB Pós-fixado	542	509	6,48%
Total da Carteira de Depósitos	1.035.296	950.140	8,96%

INDICADORES	2018	2017	Variação
Retorno sobre patrimônio líquido médio (ROE)	17,96%	18,86%	-0,91 (p.p)
Retorno sobre ativo total médio (ROA)	1,96%	2,13%	-0,17 (p.p)
Índice de Basileia (IB)	12,50%	12,69%	-0,19 (p.p)
Inadimplância	6,83%	7,23%	-0,4 (p.p)
PCLD / Carteira de crédito	5,94%	5,07%	0,87 (p.p)

GESTÃO DE RISCOS

O modelo de gerenciamento de riscos adotado pelo Banco envolve uma estrutura de Comitê, com a participação ampla dos Diretores e da Gerência de Riscos. Todas as decisões são tomadas de forma colegiada em conformidade com as políticas estabelecidas pelo Banco. Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, estabelecemos a estrutura de gestão de capital e de gerenciamento dos riscos integrados, que possibilita que os riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados.

As políticas e normativas internas são formalizadas seguindo as diretrizes da gestão de risco, no qual a sua divulgação é imprescindível na definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis.

O modelo adotado é das três linhas de defesa, com o objetivo de estabelecer a cultura de gerenciamento de riscos integrados, na qual o Departamento de Riscos e Controles Internos é participante da segunda linha de defesa.

O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer os limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pelo apetite da Instituição.

Risco operacional

O Banco detém de uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, na qual o Departamento de Riscos, Controles Internos e Compliance é responsável pelo gerenciamento dos riscos operacionais, com o propósito de identificar, registrar, controlar, monitorar e reportar os limites de risco, bem como avaliar a efetividade dos controles.

A metodologia utilizada para a condução da gestão de risco operacional e controles internos está baseada no COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e no acordo de Basileia - BIS (Bank for International Settlements), que contempla avaliações nos processos, identificação dos riscos, efetividade dos controles e planos de ação na mitigação dos riscos identificados.

Para apuração do capital requerido para o risco operacional é utilizada a abordagem padronizada básica.

Risco de mercado

A estrutura de gestão do risco de mercado do Banco concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações incluídas na carteira de não negociação – banking book (atualmente o Banco não possui operações na carteira de negociação).

O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer e monitorar os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis.

Risco de liquidez

Concentra-se no controle, monitoramento e reporte das situações que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro do Banco. São realizados testes de aderência para acompanhamento e confronto diário entre os valores programados que constam no fluxo de caixa e aqueles que efetivamente foram realizados, assim como testes de estresse, envolvendo situações como o aumento da inadimplência, resgates antecipados e não renovação das captações.

Risco de crédito

Ocorre por meio do monitoramento da qualidade da carteira de crédito, de políticas, normas, testes de estresse e análise dos níveis de concentração e inadimplência para adequada apropriação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Gerenciamento de capital

São executados procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência (PR), Índice de Basileia, limites mínimos de capital, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos referentes à adequação de capital.

O Departamento de Riscos, Controles Internos e Compliance é responsável pela apuração e reporte dos limites definidos pelo Comitê de Riscos e pelos limites operacionais regulamentares determinados

Balanço Patrimonial	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	896.803	747.877
Disponibilidades	7.067	215
Aplicações interfinanceiras de liquidez	356.298	230.829
Aplicações no mercado aberto (Nota 6)	356.298	230.829
Relações interfinanceiras	1.013	4.241
Créditos vinculados – depósitos no Banco Central do Brasil	814	4.241
Correspondentes no exterior	199	-
Operações de crédito	496.356	503.832
Setor privado (Nota 8)	451.989	536.424
Créditos cedidos (Nota 8)	88.291	2.680
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	(43.924)	(35.272)
Outros créditos	32.762	6.555
Diversos (Nota 10)	32.762	6.555
Outros Valores e Bens	3.307	2.198
Despesas antecipadas	2.812	970
Bens não de uso próprio	495	1.228
ATIVO NÃO CIRCULANTE	507.220	466.637
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	490.529	456.792
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	259
Aplicações no mercado aberto (Nota 6)	-	259
Títulos e valores mobiliários	326	306
Carteira própria (Nota 7)	326	306
Operações de crédito	455.552	404.404
Setor privado (Nota 8)	432.771	416.238
Créditos cedidos (Nota 8)	38.394	987
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	(16.153)	(13.185)
Outros créditos	33.299	52.184
Diversos (Nota 10)	33.299	52.184
Outros valores e bens	1.352	3
Despesas antecipadas	1.352	3
PERMANENTE	16.691	9.845
Investimentos	5.585	3.203
Participações em controladas no País (Nota 11)	5.585	3.203
Imobilizado	4.101	4.487
Imobilizado em curso (Nota 12)	-	2.124
Outras imobilizações de uso (Nota 12)	8.021	5.542
Depreciações acumuladas (Nota 12)	(3.920)	(3.179)
Intangível	7.005	2.155
Gastos de aquisição e desenvolvimento (Nota 13)	8.987	3.489
Amortizações acumuladas (Nota 13)	(1.982)	(1.334)
TOTAL DO ATIVO	1.404.023	1.214.507

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em reais mil)	2018	2017
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	120.000	149.258
Lucro líquido do semestre	-	10.955
Destinação do lucro:		
Reserva legal	548	-
Juros sobre capital próprio (Nota 16.3)	(9.042)	(9.042)
Reserva de capital de giro (Nota 16.2)	15.327	(15.327)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	120.000	151.171
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	110.000	134.561
Aumento do capital social	10.000	-
Lucro líquido do exercício	-	25.652
Destinação do lucro:		
Reserva legal	1.283	(1.283)
Juros sobre capital próprio (Nota 16.3)	(9.042)	(9.042)
Reserva de capital de giro (Nota 16.2)	15.327	(15.327)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	120.000	151.171
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	100.000	119.951
Aumento do capital social	10.000	-
Lucro líquido do exercício	-	24.006
Destinação do lucro:		
Reserva legal	1.200	(1.200)
Juros sobre capital próprio (Nota 16.3)	(8.396)	(8.396)
Dividendos (Nota 16.3)	(1.000)	(1.000)
Reserva de capital de giro (Nota 16.2)	13.410	(13.410)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	110.000	134.561

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em reais mil)	2018			2017		
	Sem.	Exerc.	Exerc.	Sem.	Exerc.	Exerc.
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	138.419	274.440	274.387			
Operações de crédito	130.692	262.349	257.788			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.727	12.091	16.606			
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(7)			
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(75.595)	(142.367)	(154.550)			
Operações de captação no mercado	(36.354)	(68.301)	(102.208)			
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	(7.559)	(8.593)	(1.138)			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	(31.682)	(65.473)	(51.204)			
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	62.824	132.073	119.837			
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(37.858)	(79.965)	(82.254)			
Receitas de tarifas bancárias (Nota 17)	25.554	38.023	29.539			
Despesas de pessoal	(20.424)	(40.752)	(48.116)			
Outras despesas administrativas (Nota 18)	(35.696)	(64.379)	(54.669)			
Despesas tributárias	(7.056)	(12.928)	(10.559)			
Resultado de participações em controladas (Nota 11)	(713)	(618)	1.933			
Outras receitas operacionais	819	1.168	285			
Outras despesas operacionais	(342)	(479)	(687)			
RESULTADO OPERACIONAL	24.966	52.108	37.583			
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E DAS PARTICIPAÇÕES	24.966	52.108	37.583			
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(11.746)	(22.863)	(10.432)			
Provisão para imposto de renda (Nota 19)	5.373	(3.357)	(9.683)			
Provisão para contribuição social (Nota 19)	4.579	(2.557)	(8.260)			
Ativo fiscal diferido (Nota 19)	(21.698)	(16.949)	7.511			
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO (Nota 15.1)	(2.265)	(3.593)	(3.145)			
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO	10.955	25.652	24.006			
Juros sobre o capital próprio (Nota 16.3)	9.042	9.042	8.396			
Lucro Líquido por ação – R\$	7,34	17,19	16,09			

Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em reais mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco A. J. Renner S.A. (Banco) é uma sociedade por ações de capital fechado cujo controle é exercido pela Renner Participações S.A. e, sua sede social está localizada na Av. Carlos Gomes, 300, 13º andar, Porto Alegre/RS.

O Banco está autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a atuar sob a forma de banco múltiplo operando as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimentos.

A Renner Participações S.A. é uma holding de capital fechado, cujo controle acionário pertence a membros da família Renner, a BA Empreendimentos e Participações Ltda., holding de participação do Grupo RECORD.

O foco de atuação do Banco é o financiamento de veículos usados no RS, os quais representam atualmente cerca de 88% das operações, atuando em parceria com lojistas/revendedores de veículos na origem das operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

A Instituição também atua em operações de crédito de capital de giro, desconto de títulos, crédito consignado privado, entre outros, frutos da sociedade com o Grupo RECORD.

A principal fonte de recursos são os depósitos a prazo captados via emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Recibos de Depósitos Bancários (RDB), bem como os recursos provenientes de aplicação de investidores institucionais em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE). Também são utilizados eventualmente, a título de solução reguladora do limite de liquidez, as operações de cessão de recebíveis que compõem a carteira de crédito para outras instituições financeiras com as quais o Banco mantém parceria para a disponibilização de linhas específicas a esta finalidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, emanadas das normas contábeis consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, na Lei das Sociedades

pelo BACEN. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os índices estão assim apresentados:

Índice de Basileia	2018	2017
Patrimônio de referência (PR)	142.622	132.846
Capital principal (nível I)	142.622	132.846
Capital social	120.000	110.000
Reservas de lucros	31.17	

Continuação

e Ativos Contingentes (CPC 25);

- Resolução CMN nº. 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução CMN nº. 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1));
- Resolução CMN nº. 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução CMN nº. 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1), emitido pelo CPC, aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo CMN ou pelo BACEN;
- Resolução CMN nº. 4.424/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1));
- Resolução CMN nº. 4.524/16 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis;
- Resolução CMN nº. 4.534/16 – Ativo Intangível;
- Resolução CMN nº. 4.535/16 – Ativo Imobilizado

Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC serão aprovados pelo BACEN.

A preparação de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão divulgadas na nota nº 3.

Em 22 de fevereiro de 2019 a Diretoria do Banco autorizou a emissão das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

ESTIMATIVAS, JULGAMENTOS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Banco faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com a Resolução CMN nº. 2.682/99 e legislação complementar. O montante constituído é suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos julgados de difícil liquidação. De acordo com a Resolução CMN nº. 3.533/08 e alterações posteriores, o registro contábil da baixa do ativo financeiro está relacionado à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência, de acordo com as seguintes categorias:

i) operações com transferência substancial dos riscos e benefícios;

ii) operações com retenção substancial dos riscos e benefícios;

iii) operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.

As operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem no balanço da entidade que transferiu seus ativos. Os valores recebidos na operação são registrados pelo Banco no ativo em contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do exercício pelo prazo remanescente da operação.

(b) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda corrente é registrada pelo regime de competência e é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil ao ano. A provisão para contribuição social corrente é registrada pelo regime de competência à alíquota de 20%, calculada e contabilizada antes do imposto de renda. Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias e registrados na rubrica "Outros Créditos – Diversos".

(c) Provisão para riscos trabalhistas, civis e tributários

O Banco reconhece provisões com processos cuja perda, avaliada por seus assessores legais, é provável. Esse reconhecimento ocorre através da utilização de modelos e critérios que permitam uma melhor estimativa de desfecho, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor.

4. GESTÃO DE RISCOS

O modelo de gerenciamento de riscos adotado pelo Banco envolve uma estrutura de Comitê, com a participação ampla dos Diretores e da Gerência de Riscos. Todas as decisões são tomadas de forma colegiada em conformidade com as políticas estabelecidas pelo Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, estabelecemos a estrutura de gestão de capital e de gerenciamento dos riscos integrados, que possibilita que os riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados.

As políticas e normativas internas são divulgadas seguindo as diretrizes da gestão de risco, no qual a sua divulgação é imprescindível na definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis.

O modelo adotado é das três linhas de defesa, com o objetivo de estabelecer a cultura de gerenciamento de riscos integrados, na qual o Departamento de Riscos e Controles Internos é participante da segunda linha de defesa.

O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer os limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pelo apetite da Instituição.

(a) Risco operacional

O Banco detém de uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, na qual o Departamento de Riscos, Controles Internos e Compliance é responsável pelo gerenciamento dos riscos operacionais, com o propósito de identificar, registrar, controlar, monitorar e reportar os limites de risco, bem como avaliar a efetividade dos controles.

A metodologia utilizada para a condução da gestão de risco operacional e controles internos está baseada no COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e no acordo de Basileia – BIS (Bank for International Settlements), que contempla avaliações em processos, identificação dos riscos, efetividade dos controles e planos de ação na mitigação dos riscos identificados.

Para apuração do capital requerido para o risco operacional é utilizada a abordagem padronizada básica.

(b) Risco de mercado

A estrutura de gestão do risco de mercado do Banco concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações incluídas na carteira de não negociação – banking book (atualmente o Banco não possui operações na carteira de negociação). O Comitê de Gestão de Riscos é responsável por estabelecer e monitorar os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis.

(c) Risco de liquidez

Concentra-se no controle, monitoramento e reporte das situações que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro do Banco. São realizados testes de aderência para acompanhamento e confronto diário entre os valores programados que constam no fluxo de caixa e aqueles que efetivamente foram realizados, assim como testes de estresse, envolvendo situações como o aumento da inadimplência, resgates antecipados e não renovação das captações.

(d) Risco de crédito

Ocorre por meio do monitoramento da qualidade da carteira de crédito, de políticas, normas, testes de estresse e análise dos níveis de concentração e inadimplência para adequada apropriação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(e) Gerenciamento de capital

A estrutura para gerenciamento de capital prevê procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência (PR), Índice de Basileia, limites mínimos de capital, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital.

São executados procedimentos para apuração do Patrimônio de Referência (PR), Índice de Basileia, limites mínimos de capital, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos referentes à adequação de capital.

O Departamento de Riscos, Controles Internos e Compliance é responsável pela apuração e reporte dos limites definidos pelo Comitê de Riscos e pelos limites operacionais regulamentares determinados pelo BACEN. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os índices estão assim apresentados:

	2018	2017
Índice de Basileia		
Patrimônio de referência (PR)	142.622	132.846
Capital principal (nível I)	142.622	132.846
Capital social	120.000	110.000
Reservas de lucros	31.171	24.561
Ajustes prudenciais de ativos intangíveis	(8.549)	(1.715)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	1.144.110	1.046.795
Risco de crédito (RWACPD)	817.334	792.305
Risco de mercado (RWAMPAD)	11.722	7.152
Risco operacional (RWOPAD)	312.054	247.338
Carteira banking (RBA)	6.794	8.794
Adicional de Conservação Capital Principal	21.396	13.085
Margem sobre PR considerando o RBA	16.011	14.138
Índice de Basileia	12,50%	12,69%
Índice de imobilização	4,96%	5,86%

Concentração de Interventente/Sacado

Em 31 de dezembro de 2018, a maior exposição em determinado cliente corresponde a 15,29% do Patrimônio de Referência (PR), isto é R\$ 21,8 milhões em operações de crédito. Este cliente também possui uma linha de crédito não utilizada no valor de R\$ 5 milhões, e participação como interventente/sacado em outras operações de crédito no valor de R\$ 35,25 milhões. Estas exposições estão de acordo com os limites internos estabelecidos pelo Banco. As demais operações do Banco são pulverizadas.

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente nas demonstrações contábeis, nas quais:

5.1 Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações formalizadas com taxas pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata temporis*, e as operações com taxas pré-fixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de renda a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

5.2 Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional, e aplicações financeiras de liquidez, com prazo de resgate até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos até a data de encerramento do balanço, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixos para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5.3 Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas quando aplicável.

5.4 Títulos e valores mobiliários:

Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

Títulos disponíveis para venda – são aqueles que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários os quais serão reconhecidos ao resultado do exercício quando da efetiva realização.

Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

O Banco detém de títulos públicos federais, classificados como mantidos até o vencimento, os quais são atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício, conforme demonstrado na nota nº 7.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve reclassificação de títulos entre as categorias.

5.5 Operações de crédito e depósitos: As operações de crédito e depósitos a prazo pré-fixados estão atualizadas e demonstradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos/encargos decorridos até a data do balanço, as operações de crédito, depósitos interfinanceiros e os depósitos a prazo, bem como as demais operações ativas e passivas pós-fixadas, são atualizadas *pro rata temporis*, pelo método exponencial.

(a) Classificação das operações de crédito: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº. 2.682/1999, na qual requer uma análise periódica da carteira e sua classificação níveis, iniciando no AA (risco mínimo) e finalizando no H (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão existente. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Conforme Resolução CMN nº. 2.682/1999, pode ocorrer a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver novos fatos que justificarem a mudança do nível de risco.

5.6 Investimentos: Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, reduzido por provisão para perdas, quando aplicável, a movimentação dos investimentos está demonstrada na nota nº 11.

5.7 Imobilizado: Está registrado ao custo de aquisição e está sujeito à avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada do bem, sendo: 10% para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos de uso e, 20% para veículos e sistema de processamento de dados.

5.8 Intangível: Está registrado ao custo de aquisição e está sujeito à avaliação do valor recuperável periodicamente e/ou sempre que as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo de 5 anos.

5.9 Provisão para imposto de renda: A provisão para o imposto de renda corrente é registrada pelo regime de competência e calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil ao ano. A provisão para contribuição social corrente é registrada pelo regime de competência à alíquota de 20%, calculada e contabilizada antes do imposto de renda. Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias e registrados na rubrica "Outros Créditos – Diversos".

5.10 Contingências: O Banco segue os critérios definidos pela Resolução CMN nº. 3.823/2009, tendo como base o CFC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (Nota nº 15.3).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, somente quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, normalmente representado pelo trânsito em julgado da ação, somente assim são reconhecidos como ativo. A provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

5.11 Lucro por ações: Lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As operações compromissadas (posição bancada – vendas a liquidar) são realizadas com acordos de livre movimentação e atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

As aplicações em depósitos interfinanceiros são realizadas com prazos pré-determinados sem livre movimentação, remuneradas em média a 103,56% (2017 – 100,00%) da taxa média diária divulgada pela CETIP para os Certificadores de Depósitos Interfinanceiros (CDB) e deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão compostas como segue:

Posição bancada	Até		2018		2017	
	90 dias	90 dias	Total	Total	Total	Total
Re vendas a liquidar	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	44.635	-	44.635	180.118	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	310.085	-	310.085	50.015	-	-
Subtotal	354.720	-	354.720	230.133	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	1.578	1.578	955	-	-
Total	354.720	1.578	356.298	231.088	-	-
Parcela de curto prazo	-	-	356.298	230.829	-	-
Parcela de longo prazo	-	-	-	259	-	-

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dos títulos e valores mobiliários é de R\$ 326, (R\$ 306 em 2017) com vencimentos acima de 360 dias, representados por letras financeiras do tesouro, indexadas pela SELIC.

O Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 326.

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as informações da carteira de operações de crédito são assim resumidas:

a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

Setor privado	2018	2017
Empréstimos	85.133	152.938
Títulos descontados	3.290	12.644
Financiamentos	796.336	787.081
Créditos cedidos	127.226	3.666
Subtotal	1.011.985	956.329
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(60.077)	(48.457)
Total	951.908	907.872

Parcela de curto prazo	496.356	503.832
Parcela de longo prazo	455.552	404.040

b. Diversificação da carteira por segmento de mercado

Setor Privado	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Indústria	585	0,06	8.439	0,88
Comércio	5.830	0,58	17.939	1,88
Serviços	85.189	8,42	107.235	11,21
Pessoas físicas	920.381	90,95	822.716	86,03
Total	1.011.985	100,00	956.329	100,00

c. Diversificação da carteira por vencimento (por parcelas)

Descrição	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	43.173	4,27	26.336	2,75
A vencer até 3 meses	149.917	14,81	167.956	17,56
A vencer de 3 a 12 meses	347.189	34,31	344.812	36,06
A vencer de 1 a 3 anos	471.662	46,61	380.219	39,76
A vencer de 3 a 5 anos	44	0,00	37.006	3,87
Total	1.011.985	100,00	956.329	100,00

d. Diversificação da carteira por nível de concentração (por clientes)

Descrição	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores clientes	77.684	7,68	106.846	11,17
50 seguintes maiores clientes	12.588	1,24	21.682	2,27
100 seguintes maiores clientes	4.924	0,49	5.869	0,61
Demais clientes	916.789	90,59	821.932	85,95
Total	1.011.985	100,00	956.329	100,00

e. Cessão de créditos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Banco efetuou cessão de créditos com retenção substancial de riscos e benefícios no montante de R\$ 168.794 (em 2017 não foram realizadas cessões com retenção substancial de riscos), conforme as disposições contábeis previstas na Resolução CMN nº. 3.533, de 31 de janeiro de 2008, vigente a partir de 01 de janeiro de 2012.

O saldo em aberto a valor presente das operações cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 127.225 (R\$ 3.667 em 2017), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações – diversas – Obrigações por operações vinculadas a cessão" no montante de R\$ 151.923 (R\$ 3.955 em 2017), tendo apropriado receitas no montante de R\$ 10.786 e R\$ 12.473, semestre e exercício, respectivamente, (R\$ 1.698 exercício 2017) e despesas no montante de R\$ 7.559 e R\$ 8.593, semestre e exercício, respectivamente (R\$ 1.138 exercício 2017).

f. Renegociação

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, foram renegociados créditos no montante de R\$ 30.487 e R\$ 39.854, respectivamente, (R\$ 20.757 em 2017).

9. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	2018		2017	
	Semestre	Exercício	Semestre	Exercício
(=) Saldo inicial	(55.161)	(48.457)	(44.235)	-
(+) Constituição	(31.682)	(65.473)	(51.204)	-
(-) Créditos baixados para prejuízo	26.766	53.853	46.982	-
(-) Saldo final	(60.077)	(60.077)	(48.457)	-

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

O Banco detém de investimentos em controladas, das quais exercem atividades operacionais distintas, sendo:

(a) Cristal Administradora de Cartões de Crédito Ltda.: Exerce atividades de gestão e administração de cartões de crédito e de débito.

(b) Renner Promotora de Vendas e Serviços Ltda.: A partir de 30 de abril de 2018 esta empresa entrou em fase não operacional, sendo que as atividades de gestão e cobrança de créditos vencidos, parte foram internalizadas pelo Banco e parte foram terceirizadas.

(c) Cristal Promotora de Vendas e Serviços Ltda.: Em 31 de março de 2017, foi deliberada a extinção e baixa desta empresa.

A participação do investimento no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, é demonstrada da seguinte forma:

	Semestre			Exercício		
	Renner Promotora	Cristal Promotora	Cristal Administradora	Renner Promotora	Cristal Promotora	Cristal Administradora
Dados do investimento:	600	-	2.500	600	-	6.100
Capital social	2.980	-	1.894	2.980	-	2.605
Patrimônio líquido	99,999%	-	99,999%	99,999%	-	99,999%
Porcentual de participação	(106)	-	(607)	119	-	(737)
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício	-	-	-	-	-	-

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, e no semestre findo em 31 de dezembro de 2018, os investimentos apresentaram as seguintes movimentações:

	2018					
	Semestre			Exercício		
	Renner Promotora	Cristal Promotora	Cristal Administradora	Renner Promotora	Cristal Promotora	Cristal Administradora

13. INTANGÍVEL

Table with columns for description and total values for 2018 and 2017. Includes rows for Saldo inicial, Aquisições, Transferências, Amortização, etc.

(a) A transferência do saldo refere-se ao início das operações de sistemas que estavam em fase de desenvolvimento.

14. DEPOSITOS

a. Composição por vencimento

Table showing deposit composition by maturity: Vencimentos, A Vista, A Prazo, Total for 2018 and 2017.

b. Composição por segmento de mercado

Table showing deposit composition by market segment: Composição, A Vista, A Prazo, Total for 2018 and 2017.

c. Concentração por depositantes

Table showing concentration by depositors: Concentração, 10 maiores clientes, 50 seguintes maiores clientes, etc.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

15.1 Sociais e estatutárias

Table for social and statutory obligations: Descrição, 2018, 2017. Includes Participações no resultado de administradores, etc.

15.2 Fiscais e previdenciárias

Table for fiscal and social security obligations: Descrição, 2018, 2017. Includes Provisão para impostos, etc.

15.3 Diversas

Table for miscellaneous obligations: Descrição, 2018, 2017. Includes Cheques administrativos, Obrigações por operações, etc.

15.4 Referente-se ao saldo de obrigações por operações vinculadas a cessão de crédito firmadas com o cessionário, conforme nota 8 (e);

(b) Durante o curso normal de seus negócios, o Banco está exposto a alguns riscos envolvendo questões trabalhistas e cíveis, em discussão nas instâncias administrativas e judiciais.

15.5 Outras obrigações

Table for other obligations: Descrição, 2018, 2017. Includes Obrigações por operações vinculadas a cessão (a), etc.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social

Table for equity: Descrição, 2018, 2017. Includes Saldo inicial, Aquisições, etc.

16.2 Reservas de lucros

Table for profit reserves: Descrição, 2018, 2017. Includes Reserva legal, Base de cálculo dos dividendos, etc.

16.3 Juros sobre o capital próprio e dividendos

Table for interest on own capital and dividends: Descrição, 2018, 2017.

16.4 Outras despesas administrativas

Table for other administrative expenses: Descrição, 2018, 2017. Includes Comissões com terceiros, Comissões com controladas, etc.

16.5 Imposto de renda e contribuição social

Table for income tax and social contribution: Descrição, 2018, 2017. Includes Resultado antes do imposto de renda, etc.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Table for transactions with related parties: Descrição, Semestre, Exercício, 2018, 2017. Includes Ativo circulante, Outros créditos, etc.

(a) Referir-se aos depósitos a prazo mantidos por pessoas jurídicas relacionadas aos controladores.

(b) Referir-se ao montante de comissões pagas de acordo com o volume de cobranças.

(c) Referir-se ao montante de comissões pagas de acordo com o volume de operações de crédito.

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores totalizou no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, respectivamente, R\$ 1.805 e R\$ 4.088 (R\$ 4.161 em 2017).

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A gestão dos instrumentos financeiros é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme regulamentação do BACEN e boas práticas internacionais e, são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, se finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não.

A gestão do risco de mercado concentra-se na medição, monitoramento e no controle da exposição do risco das operações não classificadas na carteira de negociação, sendo adotado como metodologia para mensurar os riscos de mercado da carteira de não negociação, o EVE (Economic Value of Equity) – parcela Rban – e os testes de estresse que determinam a sensibilidade do capital frente aos impactos de movimentos extremos de mercado.

Desta forma, o Banco utiliza como política contratar instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros, instrumentos de proteção (hedge) e, classifica estes instrumentos de acordo com a sua natureza em:

• Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e

• Hedge de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecida diretamente em conta de resultado.

22. RESPONSABILIDADE E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco apresenta avais e fianças prestadas a clientes no montante de R\$ 1.105 (R\$ 3.304 em 2017) sujeitos a encargos financeiros e com garantia dos beneficiários.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não houve pagamentos que o Banco teve que honrar oriundos dessas garantias.

DIRETORIA

Table with names and titles: João Luiz Urbaneja (Diretor), Thiago Rodrigues Urbaneja (Diretor).

Table with names and titles: Joelson Barbosa Boeira (Diretor), Eduardo Gonzaga de Oliveira Guedes (Diretor).

Table with name and title: Idaiana Regina Fischer (Contadora-CRC/RS 081865-O-1, CPF 969.740.440-20).

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco A.J. Renner S.A., no exercício das atribuições que confere a Lei 6.404, de 15.12.1976 e, disposições correlatas do Estatuto Social, revisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, e semestre findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.

Dessa forma, com base nas análises e revisões realizadas e no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, aprovou os referidos documentos, por unanimidade.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2019.

Felicitas Renner João Luiz Urbaneja Mathias Otto Renner

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos: Acionistas e Administradores do Banco A. J. Renner S.A. Porto Alegre – RS

Opinião Examinamos as demonstrações contábeis do Banco A. J. Renner S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco A. J. Renner S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Avaliamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

Rafael Dominguez Barros

CT CRC SP-208.108/O-1 "S" – RS

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC SP-025.583/O-1 "S" – RS